



ATA DA 2ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2021

1
2 Aos oito e nove dias do mês de abril, de 14 às 17 horas, o Conselho de Segurança Alimentar e
3 Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea/MG realizou a 2ª Plenária Ordinária de
4 2021, em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 22.806/2017. Considerando a pandemia
5 causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), a plenária foi realizada à distância por meio da
6 plataforma *Google Meet*. **Estiveram presentes pela Mesa Diretiva do Consea-MG:** Renata
7 Siviero Martins (Presidente), Joaquina Júlia Martins (Vice-presidente), Henrique Oliveira
8 Carvalho (Secretário Geral) e **pela equipe do Consea:** Joana Almeida dos Reis Caldeira Brant
9 (Secretária Executiva), Ronaldo Lima (Assessor Técnico), Eliana da Cunha M. Santos e Rita de
10 Cássia Vieira Duarte (Assessoras Administrativas). **Estiveram presentes os(as)**
11 **conselheiros(as) representantes da sociedade civil e do poder público, membros das**
12 **Coordenações Colegiadas das Crsans e convidados:** Amanda de Amorim Alves, Ana Lídia
13 Coutinho Galvão, Ana Luiza Resende Oliveira, Ariadne Oliveira, Bianca Aparecida Lima Costa,
14 Bruno Martins Dala Paula, Cândida Elisa de Castro, Carina Aparecida Veridiano, Cecília
15 Aparecida do Carmo, Cláudia Emília da Silva Pereira, Conceição Maria do Carmo de Souza
16 (Tutuca), Dalete Madalena dos Reis, Diele da Silva, Dimir Viana (convidado), Edilson de
17 Rezende Costa, Eduardo Drumond Rezende, Ellen Vieira Santos, Elma Lúcia de Freitas
18 Monteiro, Erick Teixeira de Assis, Evandro de Freitas Bouzada, Gabriel Rafael, Geovania Carelli,
19 Geralda Kelen Fonseca, Gilcimária Felix Ribeiro, Glauco Regis Florisbello (convidado), Graciele
20 de Fátima Simões, Helena Teixeira Magalhães Soares, Imaculada Conceição, Jardel Lopes,
21 Jésus Sargi, João Batista Góis Pinto, João Paulo de Paiva Ramos, José Anselmo Pinto Monteiro,
22 José Raimundo Dias, José Rubens Laureano da Conceição, Juliana Macário de Oliveira, Karen
23 Cristina de Oliveira, Laiane Nuñez, Leonardo Koury Martins, Lidiane Lopes Moreira, Livia
24 Maciel Peres, Luciana de Paula Ricardo, Luiz Felipe Paiva Lourenção, Maíra Pereira Santiago,
25 Marcella Oliveira Gouveia Zanforlin, Marciléia Alves Ferreira, Marcos Vinicius de Andrade
26 Gomes, Maria Aparecida Azevedo, Maria Aparecida O. Martins, Maria Alves de Souza, Maria
27 Geralda de Souza Lopes, Maria Gerlande de Souza, Maria Raquel Lima, Melissa Luciana de
28 Araújo, Nardielle Antunes Coelho, Nadja Murta, Oneida Amparado, Philippe Diogo Alves da
29 Silva, Renata Seidl, Rô Castro, Samuel Fernando Pedroso Macati, Sarah Menezes Rocha,
30 Silvestre Dias, Sílvia Elizabeth Contreras Morales, Sílvia Borim, Tatiane Guimarães P. Maciel,
31 Valmir Soares Macedo, Vivian Freitas, Walber Neto, Wanessa Marinho Assunção, Wellington
32 Donizete Marques de Lima, William Leal. A presidente Renata Siviero fez a abertura
33 agradecendo a presença de todas(os). Ressaltou o momento de extrema pobreza que estamos
34 vivendo, além da pandemia. Informou que as atividades realizadas neste primeiro trimestre
35 serão apresentadas pela Joana. Ressaltou dentre as ações, a importância da realização das
36 plenárias eletivas das Coordenações Colegiadas das Crsans. Encerrou compartilhando a frase
37 “juntos somos mais fortes” e desejou boa plenária. A Vice-presidente Joaquina Júlia ressaltou
38 o sucesso do trabalho de constituição das coordenações colegiadas das Crsans. Lembrou que
39 essa é a segunda plenária do novo biênio e que é muito bom ver a motivação de todas(os) na
40 defesa do direito humano à alimentação nesse momento de tanta resistência. Encerrou
41 dizendo que temos motivos para celebrar 100 dias de trabalho. Em seguida, Joana justificou a
42 ausência do Henrique, Secretário Geral, que foi convocado para outra reunião de última hora.
43 Joana apresentou o Ronaldo Lima, novo colaborador da assessoria técnica do Consea. Joana
44 iniciou os informes e a apresentação da pauta e esclareceu que todos irão receber os



45 relatórios das comissões permanentes do Consea. **Pauta do dia 08/04: 1) Aprovação da Ata**
46 **da 1ª Plenária Ordinária de 2021** – a ata foi enviada com antecedência para leitura prévia de
47 todos(as) conselheiros(as). As considerações citadas pela conselheira Livia Peres foram
48 recebidas por e-mail e atendidas. Não havendo nenhuma outra ressalva, a ata foi aprovada.
49 Joana informou sobre a realização das plenárias eletivas das coordenações colegiadas,
50 esclarecendo que todo o material, incluindo a legislação e o regimento interno que cita o papel
51 das coordenações colegiadas, será compartilhado com todos os membros. **2) Aprovação da**
52 **Nota de Repúdio ao Governo Estadual por investir abaixo do piso constitucional obrigatório**
53 **em saúde no período da pandemia (Covid-19).** Joana solicitou ao conselheiro Leonardo Koury
54 a leitura da nota. **3) Explanção do Dr. Marco Aurélio de Fadia sobre o papel dos**
55 **conselheiros titulares e suplentes. 4) Definição do coordenador da Comissão Permanente**
56 **de Representantes das Crsans,** que passará a integrar a Mesa Diretiva do Consea. O
57 conselheiro Valmir sugeriu ao Consea dar publicidade ao documento nas redes. A conselheira
58 Cláudia sugeriu fazer um ofício ao Governador ao invés de uma nota de repúdio. Não houve
59 concordância por parte da maioria dos conselheiros. Leonardo Koury esclareceu que o ofício
60 não tem tanta dimensão como uma nota de repúdio. **Avaliando a votação dos conselheiros**
61 **no chat, a Nota de Repúdio foi aprovada sem ressalvas.** Joana passou informações sobre as
62 plenárias eletivas para composição das coordenações colegiadas e agradeceu a participação
63 de todos(as) na mobilização nos territórios. Mencionou o Encontro dos Conseas Estaduais da
64 Região Sudeste que contou com a participação de 108 pessoas e destacou a brilhante palestra
65 da Professora Maria Emília. Em seguida, Joana apresentou as ações realizadas pelo Conselho
66 no primeiro trimestre. Apresentou os espaços de controle social e sua recomposição,
67 esclarecendo que se encontra pendente a indicação de representantes para o Grupo de
68 Acompanhamento do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM e para o Programa Estadual de
69 Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria de Minas Gerais – COOPERAF.
70 Joaquina sugeriu colocar em votação o de acordo dos indicados por grupo. Como alguns já
71 haviam votado, a presidente Renata cancelou a votação e iniciou o processo por grupos. Foi
72 esclarecido que os membros das coordenações colegiadas não votam. **Conferindo as votações**
73 **no chat, houve aprovação da maioria dos(as) conselheiros(as) pelas indicações dos**
74 **representantes** conforme descrito a seguir: Grupo de Acompanhamento do Fundo de
75 Erradicação da Miséria – FEM: João Paulo Paiva e Joaquina Júlia Martins; Programa Estadual
76 de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria de Minas Gerais – COOPERAF:
77 Otacílio Cândido Pereira e Maria Alves; Comissão para o Desenvolvimento Sustentável dos
78 Povos e Comunidades Tradicionais: Marisa Neiva; Conselho Estadual da Promoção da
79 Igualdade Racial: Livia Maciel Peres; Grupo de Trabalho junto ao Núcleo de Apoio ao Migrante
80 e Enfretamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas: Valdinalva Barbosa dos Santos
81 Caldas; Comitê Gestor da Pesquisa de Avaliação da Implantação da Vigilância Alimentar e
82 Nutricional na Atenção Primária à Saúde em municípios de grande porte populacional: Jardel
83 Lopes e Maria Alves; Rede de Agricultura Familiar e Agroecologia (UFMG): Melissa Luciana de
84 Araújo; Grupo de Diálogo com Cuba sobre a Segurança Alimentar e Produção da Agricultura
85 Familiar: Joaquina Júlia Martins, Jardel Lopes e Melissa Luciana de Araújo. Em seguida, Joana
86 solicitou a indicação de um representante da sociedade civil com vínculo à agricultura familiar
87 para a suplência do Otacílio e da Maria Alves junto ao COOPERAF. Dando sequência às ações
88 do Consea, Joana falou sobre o Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e



89 Nutricional + Raízes de Minas, trabalhando junto aos Conseas Municipais/Sisan e convite da
90 Diretoria de Segurança Alimentar da Sedese para integrar o programa Raízes de Minas que
91 está vinculado ao programa Percursos Gerais da Sedese, que abrange os municípios do Vale
92 do Jequitinhonha e Norte de Minas; Plano de Trabalho das Emendas da Comissão de
93 Participação Popular e do Deputado Betão definidas no PPAG; Pesquisa sobre o Diagnóstico
94 das Ações de Sans em Momento de Pandemia que foi divulgada nos 853 municípios com
95 retorno de 328 municípios, tendo sido constituído um grupo de trabalho para sistematizar e
96 divulgar as informações coletadas. Falou sobre a Plataforma de Educação à Distância e da
97 necessidade de se criar um grupo de trabalho para analisar o rico material que temos sobre
98 Sans para inserir no processo de capacitação da plataforma. Passou a palavra para o **Dr. Marco**
99 **Aurélio de Fadia** para fazer exposição sobre o papel dos conselheiros titulares e suplentes.
100 Dr. Marco Aurélio iniciou citando o questionamento sobre a participação de conselheiros
101 suplentes nas representações do Conselho. Informou que não há nenhum impedimento de
102 sua participação, mesmo que o titular esteja presente, se a representatividade exigir
103 expertise. A única restrição é quanto à votação, já que o titular tem essa prerrogativa.
104 Somente na ausência do titular, o suplente poderá atuar nas votações deliberativas. Ressaltou
105 a importância do entrosamento entre os titulares e suplentes para acompanhar e colaborar
106 com os trabalhos. Informou que fez a leitura da Lei, Decreto e do Regimento Interno. Separou
107 os artigos do regimento interno que detalham o funcionamento Conselho e ressaltou que não
108 há nenhum conflito entre o regimento Interno com o Decreto e com a Lei. Portanto, poderá
109 se basear no regimento interno para elaborar pareceres e qualquer análise jurídica, tendo em
110 vista que ele não entra em colisão com nenhum normativo legal. Colou-se à disposição e
111 observou a dinâmica dos trabalhos que se dá de forma leve e agradável. Cumprimentou a
112 conselheira Cláudia Emília sobre a observação que ela fez de enviar um ofício ao Governador
113 ao invés de Nota de Repúdio. Esclareceu que ao se fazer uma Nota de Repúdio você está indo
114 para uma rota de colisão e eliminaria a margem de negociação com o governo. Entendeu e
115 concordou com o que ela quis fazer. Acrescentou que cabe ao governador ouvir, entender as
116 críticas e ter sabedoria para negociar. Qual o poder de atuação do suplente: pode participar
117 em dupla com o titular. A relação entre ambas é ilimitada. O suplente pode participar quanto
118 o titular convocado não puder em conformidade com as regras. A conselheira Sílvia Contreras
119 questionou sobre a participação de suplentes em grupos de trabalho. Dr. Marco Aurélio
120 esclareceu que não há proibição de participação do suplente. Se necessário, o plenário pode
121 deliberar considerando a capacidade do suplente para executar as tarefas. **Informou que**
122 **providenciará um parecer por escrito sobre as questões colocadas.** O conselheiro Jardel
123 Lopes colocou que o Consea é constituído de 1/3 de representantes do governo e 2/3 da
124 sociedade civil. Relatou sobre a realização das plenárias territoriais para eleger os membros
125 das coordenações colegiadas das Crsans, que são compostas por três representantes do
126 governo e seis da sociedade civil. Esses nove representantes elegem dois representantes da
127 sociedade civil (titular e suplente) para coordenarem os trabalhos desse coletivo. Questionou
128 sobre a participação do representante governamental na votação, já que ele não pode ser
129 votado. Após algumas pontuações, Dr. Marco Aurélio explicou que os nove tem o direito de
130 votar já que são titulares e que não vê conflito nessa questão. Informou que vai aprofundar
131 mais esse assunto e acrescentar no parecer. A pedido do participante Jefferson Pereira, Joana
132 questionou se na ausência permanente de desligamento do titular, o suplente assume por



133 questão de ordem ou deve haver uma nova indicação da entidade para titular e suplente. Dr.
134 Marco informou que a representatividade é da entidade e não pessoal. A entidade tem o
135 direito de fazer as substituições, embora seja comum o suplente assumir a titularidade quando
136 o suplente renuncia, até a entidade referendar essa titularidade. Exemplificou que quando o
137 titular não pode comparecer a uma reunião ele deve comunicar à Secretaria Executiva do
138 Conselho, para que o representante suplente seja convocado. A conselheira Graciele Simões
139 questionou sobre se na ausência dela e, por não ter comunicado à Secretaria Executiva, a sua
140 suplente estando presente poderia votar as deliberações. Dr. Marco esclareceu que poderia
141 sim, levantando uma questão de ordem no início da reunião. O plenário pode deliberar pela
142 sua efetiva participação. Disse, também, que no caso de estarem presentes o titular e o
143 suplente, os dois representantes não podem votar, apenas o titular. Em seguida, a conselheira
144 Livia Peres citou a questão da participação do suplente nos grupos de trabalho em caso de
145 ausência do titular. Dr. Marco Aurélio entende que sim e que essa flexibilidade é importante
146 considerando até mesmo a capacidade do suplente em determinados assuntos. A conselheira
147 Renata Seidl perguntou se seria compromisso das entidades liberar os conselheiros para
148 participarem das agendas em horário de trabalho interno como ocorre normalmente. Dr.
149 Marco entende que sim em decorrência da lei que determina que os representantes das
150 entidades e os agentes públicos devem ser liberados para desenvolverem atividades do
151 Conselho, o que é necessário para as suas deliberações. Diante da complementação feita pela
152 conselheira Renata Seidl, Dr. Marco enfatizou que se trata de um serviço relevante e que o
153 estado é obrigado a atender a determinação da lei. O mesmo se aplica para as entidades da
154 sociedade civil, que para serem bem representadas devem autorizar a participação de seus
155 representantes. O assessor Técnico do Consea, Ronaldo Lima, apresentou o questionamento
156 do conselheiro Samuel Macati, que participa como suplente, se poderá continuar a votar já
157 que não foi comunicada oficialmente à Secretaria Executiva a ausência do titular. Dr. Marco
158 informou que não foi cumprida a formalidade legal, mas que o plenário tem o poder de
159 referendar a sua participação. Ronaldo citou também dúvida do conselheiro Wellington
160 Resende sobre o processo de eleição dos membros das coordenações colegiadas
161 representantes da sociedade civil, assunto também colocado pelo conselheiro Jardel Lopes.
162 Dr. Marco Aurélio solicitou enviar à secretaria executiva as questões para demais
163 esclarecimentos. A conselheira Livia Peres perguntou se o pagamento de diárias é direito do
164 suplente também nas atividades presenciais. Dr. Marco esclareceu que sim, caso ele tenha
165 sido convocado para substituir o titular. Ronaldo Lima ressaltou a importância de comunicar
166 com antecedência a participação tanto do titular quanto do suplente, tendo em vista todo um
167 processo para liberação de diárias. Há necessidade de empenho com antecedência para essas
168 despesas. O Secretário Geral do Consea, Henrique Oliveira Carvalho, acrescentou a
169 necessidade de empenho prévio para haver possibilidade de pagamento ou processar o
170 ressarcimento da despesa, se for o caso. Como proposta de encaminhamento, Renata Siviero
171 informou que o Dr. Marco Aurélio vai providenciar um parecer esclarecendo as dúvidas e
172 agradeceu a sua participação. Dr. Marco Aurélio agradeceu o convite e se colocou à disposição
173 para contribuir no que for necessário. Dando sequência, Joana passou para o próximo ponto
174 de pauta que trata da **definição dos(as) coordenadores(as) titular e suplente da Comissão**
175 **Permanente de Representantes das Crsans**, que passarão a integrar a Mesa Diretiva do
176 Consea. Apresentou os representantes dos 16 territórios e informou que apenas o Território



177 Noroeste não realizou a plenária eletiva. Os participantes foram direcionados para outras
178 salas para discussão em grupos. A presidente Renata Siviero propôs encerrar a plenária e
179 informar a conclusão desse processo de indicação no primeiro momento da reunião de
180 amanhã. Com a concordância de todos(as), a plenária foi encerrada. Às 14 horas do dia nove
181 de abril a presidente Renata Siviero iniciou o segundo dia da plenária com a apresentação do
182 animador Dimir Viana. Em seguida, Cecília Carmo fez leitura de um texto escrito por ela após
183 a reunião de ontem. Renata Siviero solicitou verificar o quórum para iniciar os trabalhos. Joana
184 apresentou a **Pauta do dia: 1) Apresentação do V Plano Estadual de Sans; 2) Retorno das**
185 **considerações das Comissões Permanentes; 3) Aprovação do V Plano Estadual de Sans; 4)**
186 **Apresentação da proposta do Seminário de Monitoramento.** A vice-presidente Joaquina Júlia
187 deu boas-vindas aos participantes e informou que **Maria Aparecida Oliveira Martins**
188 **(Território Metropolitano) foi eleita representante titular das coordenações colegiadas das**
189 **Crsans e passa a integrar a Mesa Diretiva do Consea-MG.** A presidente Renata Siviero
190 informou sobre dúvidas apresentadas por alguns conselheiros. Lembrou ter vivenciado essa
191 situação no início de suas atividades no Conselho. Diante disso, fez esclarecimentos sobre o
192 funcionamento das plenárias ordinárias, ressaltando se tratar de uma instância deliberativa.
193 Esclareceu sobre o processo de votação e ressaltou a importância de se colocar as dúvidas
194 para melhor compreensão dessa instância e a leitura da legislação (lei, decreto e regimento
195 interno do Consea-MG). Citou o questionamento pertinente da Cecília na roda de conversa
196 sobre os desafios nesse novo espaço. Falou sobre a indicação da Maria Aparecida que
197 representará todas as Crsans na Mesa Diretiva do Conselho. Sobre o V Plano Estadual de Sans
198 que será apresentado pela conselheira Renata Seidl, destacou a importância desse
199 instrumento que organiza o planejamento e a gestão das ações da política de Sans e elenca as
200 diretrizes propostas na 7ª Conferência Estadual de Sans. Destacou, também, o item da pauta
201 que tratará da proposta de um seminário de monitoramento do plano. Na sequência, o
202 Secretário Geral Henrique Carvalho cumprimentou e agradeceu a participação de todos(as).
203 Falou sobre a elaboração do plano pela Caisans, agradeceu a colaboração de toda equipe e da
204 Mesa Diretiva do Consea. Ressaltou ser crucial a sua aprovação por se tratar de um ponto de
205 partida para desdobramento dos trabalhos e do monitoramento da política de Sans. Jardel
206 Lopes sugeriu elaborar documento identificando as várias siglas que são citadas
207 constantemente. Em seguida, Joana esclareceu que será encaminhada documentação com
208 toda a legislação do Conselho para conhecimento de todos(as). Passou a palavra à Maria
209 Aparecida Martins que agradeceu a sua indicação para representar as coordenações
210 colegiadas das Crsans. Citou os desafios neste momento de pandemia e ressaltou a
211 importância da contribuição de todos(as) para continuar esse trabalho de fortalecimento das
212 Comissões Regionais. Joana passou a palavra para o Diretor de Segurança Alimentar e
213 Nutricional da Sedese, João Góis, que cumprimentou a todos(as) e parabenizou a Maria
214 Aparecida Martins pela sua indicação como representante das coordenações colegiadas das
215 Crsans. Mencionou a questão da fome e destacou a seriedade do nosso trabalho no que se
216 refere às discussões das ações da política de segurança alimentar. Citou a realização da 7ª
217 Conferência Estadual de Sans em 2019, quando foram apresentadas as propostas para a
218 elaboração do V Plano Estadual de Sans, bem como a realização das conferências municipais
219 e regionais que contribuíram nesse processo. Passou a palavra para a conselheira Renata Seidl,
220 assessora técnica responsável pela condução dos trabalhos de elaboração do V Plesans.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
CONSEA-MG

221 Renata iniciou a apresentação destacando a contribuição da servidora Nardielle e dos demais
222 membros do grupo de apoio. Esclareceu que o plano foi construído a partir das propostas da
223 7ª Cisans e organizado em três eixos: Eixo I – Fortalecimento da Participação e Controle Social;
224 Eixo II – Desigualdade, Pobreza e Fome; Eixo III – Soberania e Segurança Alimentar: Estratégia
225 para o Desenvolvimento Sustentável. Informou que as propostas foram encaminhadas para a
226 Caisans-MG. Apresentou o cronograma dos trabalhos que precisou ser adaptado em
227 decorrência da pandemia. Informou que o Consea criou uma comissão constituída por
228 conselheiros que, em conjunto com o grupo de apoio formado por dois representantes de
229 cada secretaria que compõe a CAISANS, para acompanhar a elaboração do V Plesans. Após as
230 reuniões com esse grupo de apoio, vários ajustes foram feitos de acordo com as sugestões
231 apresentadas e incluídas em quase sua totalidade. Em seguida, apresentou a estrutura do V
232 Plesans dividida em três partes: Diagnóstico, Estratégia de Ação e Fichário dos Programas /
233 Orçamento Público para a San. Sobre o conteúdo do plano, Renata esclareceu que ele é
234 composto por 31 programas e 50 ações governamentais. Apresentou o diagnóstico que
235 aponta importância, limitações, necessidades e conteúdo. Ressaltou o avanço institucional
236 nas áreas da saúde, educação e agricultura nesses 20 anos do Conselho e da política de sans
237 em Minas, destacando a compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação
238 escolar. Citou a pesquisa realizada com os CRAS de Minas Gerais com o apoio da Sedese, que
239 demonstra iniciativas municipais exemplares de San. Informou que o plano traz, também, a
240 distribuição por eixo das 280 normas em vigor que tratam da segurança alimentar e
241 nutricional, bem como o detalhamento da Política Nacional de Aquisição de Alimentos – PNAE
242 e dados quantitativos sobre o Plano de Adesão - Compra Simultânea. Sobre a parte II que trata
243 do plano de ação, foram apresentados os objetivos gerais, fundamentos, motivações e a
244 estratégia de ação por eixo, que inclui as metas e o órgão responsável pela articulação e
245 execução. A seguir, falou das ações e seus agrupamentos, destacando os atos de
246 formação/capacitação; de ampliação e fortalecimento da execução, ações a desenvolver e os
247 desafios e potencialidades. Na sequência, falou sobre o orçamento do Programa 67 (Políticas
248 de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional e das duas ações 2035 (Apoio à Política
249 Estadual de Sans e 4139 (Capacitação e Apoio Técnico aos Municípios para Promoção do
250 Desenvolvimento Regional). Explicou para que serve a leitura do fichário orçamentário, que
251 tem como objetivo identificar o programa convergente com a proposta. Apresentou um
252 gráfico por setor contendo 31 programas, 50 ações governamentais e seus respectivos
253 orçamentos. Esclareceu que os indicadores se referem ao objetivo geral de cada eixo. Sobre o
254 monitoramento, Renata destacou a importância da participação social, conforme Decreto nº
255 7272/2010, e descreveu os instrumentos de gestão do monitoramento dos programas. As
256 considerações finais tratam das atribuições do Consea-MG e da Caisans-MG. Concluindo a
257 apresentação, Renata informou que o plano traz elementos fundamentais para embasar a
258 ação pública a partir dos dados do diagnóstico, do quadro com arcabouço legal, do plano de
259 ação, das metas e indicação orçamentária. Renata agradeceu a atenção e a contribuição de
260 todos(as). Joana parabenizou a equipe da Caisans e agradeceu a contribuição dos(as)
261 conselheiros(as). João Batista Góis agradeceu, também, os(as) conselheiros(as) e a Nardielle
262 (Caisans) pelo empenho na elaboração do plano. Renata Siviero agradeceu toda a equipe da
263 Caisans e do Consea. Considerando que já estamos no mês de abril, Renata Siviero ressaltou
264 a importância de aprovação do plano para dar início à sua execução e monitoramento.



265 Solicitou ao plenário aguardar a apresentação das considerações das Comissões Permanentes
266 do Conselho, antes de iniciar as discussões. Joana passou a palavra para o conselheiro Bruno
267 (Território Sul) e membro da CP de Direito Humano à Alimentação Adequada. Bruno informou
268 que, considerando a extensão do plano, a CP/DHAA constitui um grupo de trabalho e cada
269 pessoa ficou responsável por analisar uma parte do plano. Com relação à primeira parte que
270 trata do diagnóstico, Bruno informou que não foram feitas sugestões. A segunda parte, que
271 trata do plano de ações, Bruno elencou algumas considerações por eixo. Eixo 1: O formato
272 está de acordo com o que foi proposto na 7ª Conferência Estadual de Sans. Solicitou deixar
273 claro como as metas e ações serão realizadas e mantidas pelo Consea no âmbito dos 17
274 territórios de maneira a cumprir as propostas da Conferência, já que o Conselho dispõe de
275 orçamento para custeio das despesas administrativas e ações intersetoriais. Eixo 2: Algumas
276 observações pontuais foram colocadas no que se refere ao conceito de deserto alimentar
277 citado no texto introdutório, conceito esse proposto pelo Departamento de Agricultura dos
278 Estados Unidos, sendo que no Brasil há um conceito determinado pela Caisans em 2018,
279 quando foi realizado um trabalho de monitoramento de desertos alimentares. Diante disso,
280 solicitam a padronização desse conceito. Outra sugestão da CP/DHAA é alterar o texto “para
281 manter os preços acessíveis dos alimentos orgânicos e controlar a utilização de agrotóxicos”,
282 para alimentos provenientes de sistemas agroalimentares, sustentáveis e da agroecologia.
283 Esclareceu que a questão da pobreza rural foi bem caracterizada nas ações, mas a pobreza nas
284 metrópoles, a exemplo dos aglomerados, vilas e favelas deve ter uma contextualização mais
285 ampla. Em relação ao Eixo 3, há um texto introdutório que apresenta dados da prevalência de
286 sobrepeso e obesidade em 20% da população. Ressaltou que esses dados não retratam a
287 realidade que, segundo pesquisa da OMS publicada em 2019, está acima 62,6% em mulheres
288 e 57,5% em homens adultos. Informou que a propostas da 7ª CEsans foram contempladas nas
289 metas e ações deste eixo, com exceção da proposta que se refere aos impactos
290 socioambientais negativos da mineração. Porém, nenhuma meta aborda exclusivamente esse
291 assunto conforme propostas da 7ª CEsans. Finalizando, Bruno fez esclarecimentos sobre os
292 quatro indicadores desse eixo e informou que a relatoria os considera frágeis e insuficientes
293 para monitorar as 16 metas propostas. E que isso pode acarretar a necessidade de se criar
294 outros indicadores para que o Consea possa avaliar e monitorar o plano. Encerrou
295 parabenizando toda a equipe na construção do V Plesans. Joana passou a palavra ao
296 conselheiro Jardel Lopes (Território Vale do Aço) representante da Comissão Permanente de
297 Sustentabilidade. Jardel informou que a apresentação será feita pela conselheira estadual
298 Elma Lúcia Monteiro, responsável pela sistematização das contribuições dessa CP. Elma iniciou
299 cumprimentando a todos os envolvidos na elaboração do Plano. Informou que foi elaborado
300 um quadro que sinaliza os principais apontamentos, incluindo a migração de textos. 1)
301 agricultura familiar do diagnóstico onde fala de Povos e Comunidades Tradicionais migrar para
302 a parte de regularização fundiária; 2) certificação de comunidades tradicionais migrar para o
303 diagnóstico que trata dos PCTs; 3) incluir a menção de terras devolutas rurais, que é um item
304 faltante no texto do programa estadual de regularização fundiária e as competências da
305 Seapa, conforme legislação destacada no documento que atende essa inclusão da Seapa; 4)
306 Alteração do termo “Núcleo de Agroecologia da Epamig” por “Programas Estaduais de
307 Pesquisas da Epamig e Núcleo de Agroecologia da Epamig” conforme justificado no relatório.
308 5) No quadro 2, inserir a Epamig na linha de ação para fortalecimento das escolas família



309 agrícola, considerando as ações que a Epamig realiza em potencial. 6) Acrescentar um
310 parágrafo onde fala da agricultura familiar, produção orgânica e fórum de agroecologia,
311 destacando as experiências de organizações e movimentos sociais ligadas à agricultura
312 familiar, reconhecidas e apoiadas através de iniciativas como o Plano Nacional de
313 Agroecologia e Produção Orgânica; 7) No eixo Pobreza e Fome foram identificadas algumas
314 ações não contempladas, sugerindo incluir: levantamento de terras devolutas no estado;
315 equipamentos de enfrentamento à fome e à pobreza como o banco de alimentos e cozinha
316 comunitária; programas e projetos voltados para horta e lavoura comunitárias, lavoura e
317 banco de sementes crioulas; programas voltados para às associações periurbanas e urbanas.
318 8) No eixo Soberania e Segurança Alimentar tem duas questões: a) na parte que fala de todas
319 as escolas, incluir as escolas rurais nessa ação, complementando a informação nesse eixo; b)
320 proposta de fortalecimento das escolas família agrícola, incluindo os egressos nesse trabalho
321 de assistência técnica rural. 9) Sobre a proposta de inserir a temática de San no currículo,
322 sugere-se criar um canal de diálogo efetivo com a Secretaria de Estado de Educação para
323 verificar como vai ser feita essa inserção, considerando capacitação, de recursos humanos, de
324 professores e financiamento. 10) Incluir além das questões de segurança alimentar e
325 nutricional, questões de segurança alimentar e nutricional e educação ambiental. Finalizou
326 agradecendo a todos(as) integrantes da Comissão Permanente de Sustentabilidade. A
327 conselheira Conceição Maria (Território Vertentes) fez uma observação sobre a questão
328 inclusão das DAPs urbanas para as hortas comunitárias e agricultura urbana. Dando sequência,
329 Joana passou a palavra à conselheira estadual Lívia Maciel, que apresentará o trabalho
330 realizado pela Comissão Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Lívia
331 iniciou cumprimentando a todos(as) pelas contribuições na elaboração do Plano. Parabenizou
332 a introdução do plano que aborda a importância da regularização fundiária para os PCTs e a
333 política de sans. Aborda, também, a questão do território e a manutenção dos saberes, da
334 cultura e a contribuição dos PCTs para a Sans, bem como os riscos da mineração para essa
335 comunidade e para a política de segurança alimentar e nutricional, e nos coloca a pensar em
336 modelos inclusivos e sustentáveis que não dependam da mineração. Ressalta, também, o
337 protagonismo dos PCTs nos processos decisórios. Outro ponto importante se refere a
338 proposta de parcerias com as universidades. No Eixo II, consideram relevante a participação
339 de nutricionistas junto às equipes do CRAS para a realização da educação alimentar e
340 nutricional conforme proposto na Meta 1 do Eixo II. Algumas dúvidas foram colocadas: Meta
341 6 - quem irá elaborar os dois relatórios anuais da participação dos PCTs e Meta 7 quem irá
342 criar o mecanismo de regulação e monitoramento da garantia da Sans em territórios de PCTs,
343 entendendo que o papel do Consea é o de monitorar e não de executar. Seguindo essa linha
344 de dúvidas, no Eixo III – Meta 9: quem vai implantar um projeto a nível estadual para dinamizar
345 e fomentar o cooperativismo da agricultura familiar, agroecologia e de PCTs em Minas Gerais.
346 Meta 16 – Eixo III: como será conduzido o processo para diminuir os conflitos ambientais e de
347 acesso à água no Estado de Minas Gerais, envolvendo agricultores familiares, assentados e
348 PCTs em 10% ao ano. Citou relato de uma conselheira quanto às dificuldades dos povos de
349 Matriz Africana de se incluir na política de assentamento de reforma agrária devido a racismo
350 religioso. Colocou, também, as dificuldades de acesso dos indígenas não aldeados às políticas
351 voltadas para os PCTs. Sugere e destaca a importância de inserir essa questão do racismo
352 religioso dos povos de Matriz Africana para maior visibilidade. Ressaltou que algumas



353 propostas são baseadas em ações on-line e Cad-Único, o que dificulta a participação das
354 famílias de PCTs que não tem acesso à internet e documentos para inscrição no Cad-Único.
355 Outra sugestão é a inclusão dos carroceiros(as) que foram definidos recentemente. Informou
356 sobre a nova base de dados elaborada pelo Cedefes. Finalizando, informou que a Comissão
357 entende a importância de aprovar o plano para iniciar o seu monitoramento. Joana passou a
358 palavra para a representante da Comissão Permanente das Crsans, Maria Aparecida Oliveira
359 Martins, para apresentar as considerações. Cida iniciou parabenizando toda a equipe do
360 Plano. Informou sobre reunião realizada com os representantes das Comissões Regionais de
361 Sans (Crsans) e passou a palavra para a Kelen Fonseca, representante da Comissão
362 Permanente das Crsans (Território Norte). Kelen ressalta que o plano fala muito pouco sobre
363 o papel das coordenações colegiadas das Crsans. Ressalta a importância de inserir o mapa da
364 divisão territorial e a listagem dos municípios de cada território. Além disso, acrescentar a
365 questão das atribuições, objetivos e diretrizes das Crsans, conforme elencadas, deixando claro
366 o claro o papel das Crsans. Incluir texto sobre a regulamentação dos Comseas Municipais, já
367 que uma das atribuições das Crsans é apoiar e auxiliar na criação dos conselhos municipais.
368 Cida concluiu solicitando, caso seja possível, apoio operacional e financeiro para o trabalho
369 das Crsans. Joana abriu a fala para manifestação dos conselheiros. A conselheira Sílvia
370 Contreras (Território Metropolitano) solicitou esclarecimento sobre parte II – item 3 “Geração
371 de trabalho e renda com EPS e San” que se refere às estratégias de ação a desenvolver.
372 Questiona se como requisito para essa ação, o público que está nessa situação, como por
373 exemplo associações que porventura sejam beneficiadas com alguma política social, têm que
374 deixar o Cad-Único? Ressaltou a importância de manter e melhorar o Cad-Único. Renata Seidl
375 esclareceu que não é esse o objetivo. O Plano explica que a ideia é trabalhar a inclusão dos
376 cidadãos em situação de vulnerabilidade no sistema de desenvolvimento econômico.
377 Exemplificou citando o fornecimento na compra institucional, as quitandas, as políticas de
378 economia popular solidária e de feiras enfim, tudo que pode gerar desenvolvimento local.
379 Ressaltou que a política de san tem que atender as pessoas em situação de vulnerabilidade,
380 mas se trata de uma política de desenvolvimento social, sustentável e local. Em seguida, Nadja
381 Murta, representante da Comissão Permanente das Crsans (Território Alto Jequitinhonha),
382 informou que, dada a amplitude do plano, optaram por reunir para discutir os três eixos e
383 priorizar as ações que atendam à realidade do Alto Jequitinhonha. O Conselheiro Jardel Lopes
384 (Território Vale do Aço) ressaltou a importância de promover o fortalecimento com aporte
385 financeiro e a articulação entre os órgãos públicos vinculados à política de San. Citou os vários
386 órgãos que estão tendo dificuldades para executar os trabalhos por falta de recursos
387 financeiros. Glauco Regis (convidado) parabenizou todas as equipes que trabalharam de
388 forma consistente. Ressaltou que o grande dilema será conseguir a efetividade desse plano
389 para colocá-lo em prática e que será importante a articulação do Consea com todas as
390 Comissões Regionais. Citou que ações ligadas à agricultura familiar e PCTs podem,
391 infelizmente, não acontecer. O conselheiro Valmir Soares Macedo (Território Alto
392 Jequitinhonha) reafirmou a complexidade das diversas siglas e nomenclaturas colocadas pela
393 presidente Renata Siviero. Ressaltou que a leitura do plano é complexa, considerando o nível
394 dos participantes. Entendem que o plano é uma diretriz que aponta estratégias e que
395 todos(as) tem a importante função do controle social. Destacou que precisamos das Crsans
396 ativas para construir o seu plano regional, considerando as especificidades de cada região.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
CONSEA-MG

397 Joana informou que a Comissão de Acompanhamento do Plano sugeriu a elaboração de um
398 documento mais suscinto que possibilite um melhor entendimento. Renata Seidl agradeceu
399 as contribuições de todos e reconheceu as dificuldades de entendimento, tendo em vista a
400 temática de San. Agradeceu as contribuições e se colocou à disposição para quaisquer
401 esclarecimentos. João Góis (Caisans-MG) agradeceu a todos(as) que manifestaram e
402 contribuíram com as propostas. Questionou como será o encaminhamento do Consea para a
403 Caisans, já que as considerações anteriormente apresentadas já foram atendidas. A
404 presidente Renata Siviero agradeceu o trabalho das comissões. Ressaltou a importância da
405 aprovação do plano para dar início ao monitoramento. Considera que as sugestões
406 apresentadas não são difíceis de ser contempladas. Propôs que as comissões encaminhem
407 para a Secretaria Executiva as considerações apresentadas. Sugere o prazo de 15 dias para a
408 Caisans fazer as adequações propostas. Diante desse encaminhamento, entende que a
409 plenária está aprovando o plano desde que essas alterações sejam contempladas. João Góis
410 informou que algumas questões levantadas fazem parte do monitoramento e da revisão do
411 plano. Ressaltou que todas as propostas serão analisadas, porém não pode confirmar se todas
412 serão acolhidas. Renata Seidl complementou informando que serão necessárias algumas
413 reestruturações. Observou que as sugestões são coerentes e que parte delas serão atendidas
414 até por questão de erros. Sugeriu, após avaliar todas as sugestões, apresentar justificativa
415 quanto ao não atendimento de algumas propostas. O Secretário Geral Henrique Oliveira
416 Carvalho apresentou suas considerações quanto ao encaminhamento, propondo aumentar o
417 prazo para análise das propostas. Considera importante aprovar o plano e sugere que as
418 repostas às considerações sejam apresentadas ao Consea por meio de nota técnica com
419 transparência nas informações. A conselheira Graciele Simões (Secretaria de
420 Desenvolvimento Econômico) parabenizou pela excelência do trabalho. Observou ser
421 importante a aprovação do plano para iniciar o monitoramento. Cumprimentou a todos(as)
422 que contribuíram com as sugestões. A conselheira Conceição Maria (Território Vertentes)
423 solicitou esclarecimento de como será a aprovação, já que no seu entendimento é importante
424 contemplar as propostas, não concordando com a nota técnica sugerida que justificará a
425 impossibilidade de atender as considerações. Questionou como ficam as questões apontadas
426 dos PCTs? Renata Seidl esclareceu que algumas questões realmente precisam ser
427 incorporadas. O que não for possível atender, será justificado. Ressaltou que as propostas do
428 plano foram apresentadas na 7ª Conferência Estadual de Sans e que não há possibilidade de
429 ampliar o documento para atender novas sugestões. Henrique Carvalho esclareceu que não
430 sabemos se tudo que foi proposto será possível acrescentar no plano e que não tem como se
431 comprometer, considerando a contrapartida do governo para execução. Acrescentou que as
432 sugestões podem ser avaliadas pela Caisans, que retornará com as justificativas, mas não acha
433 que isso vai mudar com relação à proposição da Caisans. Considera importante a aprovação
434 do plano para iniciar o seu monitoramento. Ressaltou ser importante registrar todas as
435 considerações que não possam ser incluídas no plano neste momento, para proposições
436 futuras. A conselheira estadual e Vice-presidente do Conselho, Joaquina Júlia, mencionou que
437 não acha difícil incorporar as considerações que foram sugeridas por serem pontuais e
438 direcionadas. As propostas relacionadas às Crsans podem ser incorporadas ao Sisan. Esclareceu
439 ser importante a aprovação do plano com as ressalvas colocadas pelas Comissões
440 Permanentes e que essas ressalvas constem em ata, uma vez que o plano não foi discutido



441 totalmente pela atual gestão. João Góis (Caisans) explicou que tudo o que foi proposto até o
442 momento foi atendido pela Caisans e dentro do prazo requerido, inclusive as propostas dos
443 conselheiros da nova gestão. Renata Siviero reconhece o esforço da equipe técnica e pontuou
444 que essa nova gestão teve um prazo de três meses para ler o plano e apresentar as propostas.
445 Compreende que algumas sugestões são novas e não se adequam ao eixo, mas que a maioria
446 pode ser contemplada. Concorde com a Joaquina quanto fazer constar em ata as propostas
447 apresentadas. Reafirma a importância da aprovação do plano, até porque estamos num novo
448 contexto que demonstra a necessidade de até mesmo construir um novo plano. Joaquina
449 ressalta que o plano é nosso, fruto dos esforços das nossas ações (Consea-MG e Caisans-MG).
450 Citou que essa nova gestão pegou esse desafio sabendo que hoje seria necessário fazer essa
451 discussão. Ressaltou a importância dessa aprovação para a segurança alimentar e de seguir
452 juntos no monitoramento. Lívia ponderou sobre a fala de que o plano é da gestão passada,
453 dizendo que mesmo a gestão anterior teve pouco tempo para analisá-lo e a própria Caisans
454 também para elaborá-lo. Joana acrescentou que as propostas foram compartilhadas com
455 todos os conselheiros pela Comissão de Acompanhamento e Elaboração do plano. Henrique
456 esclareceu que a proposição do plano faz parte da Caisans. Ressaltou que não vê problemas
457 na aprovação do plano com ressalvas e que está muito próximo de incluir as propostas em
458 quase sua totalidade. Porém, não há como concordar com a aprovação do plano caso seja
459 necessário assumir a inclusão de todas as propostas sem análise prévia. Joaquina pontuou que
460 se trata de equilíbrio e que as ressalvas foram feitas e serão analisadas. Renata Siviero,
461 considerando todas as questões colocadas e o esgotamento das discussões, sugeriu colocar
462 em votação a aprovação do plano. Jardel Lopes ponderou sobre a aprovação do plano com
463 ressalvas e sugeriu retornar com a discussão daqui 30 dias, após análise da inclusão das
464 propostas. Renata Seidl pontuou que o plano contempla as propostas da conferência estadual
465 independente da gestão. Esclareceu, também, que a Caisans trabalhou em conjunto com a
466 Comissão de Elaboração constituída por conselheiros do Consea. Relatou os
467 encaminhamentos feitos pela Caisans junto ao Consea. Joaquina Júlia acrescentou algumas
468 ponderações e finalizou passando a palavra para a presidente dar os encaminhamentos.
469 Renata Siviero solicitou aos conselheiros colocar no chat se concordam ou não com a
470 aprovação do plano. Joana lembrou que somente os conselheiros estaduais e territoriais tem
471 o poder de voto. **Após a confirmação do quórum e o levantamento dos votos no chat, o V**
472 **Plano Estadual de Sans foi aprovado com as ressalvas propostas. A presidente Renata Siviero**
473 **informou que a Caisans deverá apresentar Nota Técnica com todas as ressalvas solicitadas,**
474 **indicando aquelas que não foi possível atender com as respectivas justificativas e a versão**
475 **final do plano.** Joana convidou a conselheira Melissa Luciana de Araújo (Território
476 Metropolitano) para apresentar o documento que está sendo elaborado pela Comissão de
477 Permanente de Direito Humano à Alimentação (DHAA) sobre a Exigibilidade da Violação do
478 Direito Humano à Alimentação e sobre a organização do seminário de monitoramento da
479 política estadual de sans que está previsto nas ações do Consea para este ano. Considerando
480 o adiantar da hora e entendendo que a construção do instrumento da Exigibilidade do Direito
481 e o intuito de trabalhar o monitoramento das ações de forma alinhada com a Caisans, propôs
482 aguardar o retorno da Caisans com relação às propostas apresentadas. Sugeriu, se possível,
483 realizar uma plenária extraordinária para tratar especificamente dessa temática, o que
484 permitirá uma apresentação adequada com tempo para a manifestação dos conselheiros



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
CONSEA-MG

485 nesse processo de construção coletiva. Renata Siviero concordou, considerando a importância
486 da temática, e submeteu à aprovação do plenário. Como último ponto de pauta, Joana falou
487 sobre a Nota de Repúdio ao Governo Estadual proposta pelo conselheiro João Paulo (Território
488 Rio Doce) e a ser encaminhada à Mesa Diretiva do Consea. Renata Siviero solicitou ao pleno
489 manifestar no chat se estão de acordo para proceder aos encaminhamentos junto à Mesa
490 Diretiva. **A construção da Nota de Repúdio ao Governo Estadual por investir abaixo do piso**
491 **constitucional obrigatório em saúde no período da pandemia (Covid-19) foi aprovada.** Em
492 seguida, Joana passou a palavra a presidente para encerramento dos trabalhos. Renata Siviero
493 avaliou como positiva a plenária, agradeceu as contribuições das Comissões Permanentes e a
494 participação de todos(as). Joaquina Júlia agradeceu a todos(as) pelo comprometimento de
495 cada um no papel de conselheiro(a) da sociedade civil e do governo. Eu, Renata Siviero
496 Martins, Presidente do Consea-MG, lavrei a presente ata que será apresentada na próxima
497 plenária ordinária para aprovação. Belo Horizonte, 09 de abril de 2021.